



Lideranças juvenis, capacidade de ação e obstáculos inclusivos em Relatório do Desenvolvimento das Nações Unidas

Maria José de Rezende¹

Resumo: O Relatório sobre o Desenvolvimento Humano para o Mercosul – RDH-M (2009-2010) sistematizou um conjunto de Dados Qualitativos e Quantitativos sobre o modo como os (as) jovens percebem o mundo educacional e o do trabalho. Os elementos subjetivos – extraídos de 295 entrevistas com lideranças juvenis dos quatro países que compunham, efetivamente, o Mercosul em 2010 - possibilitam compreender suas percepções de mundo, suas motivações e perspectivas. Esta é uma pesquisa documental que dá centralidade ao modo como os produtores do RDH-M destacam a visão dos (das) jovens sobre o devir, ou seja, seus medos e esperanças. Os elaboradores do RDH-M demonstram que as expectativas positivas de realização laboral através da escolarização crescente estão muito mais presentes entre os (as) jovens mais abastados. Os mais pobres possuem muitos projetos, expectativas e esperanças, porém, parecem duvidar, mais intensamente, se o cumprimento dos ciclos escolares vai, de fato, garantir êxito no mundo do trabalho.

Palavras-chaves: Capacidades, habilidades, agência, direitos.

Youth leadership, capacity for action and inclusive obstacles in United Nations Development Report

Abstract: The Human Development Report for Mercosur - RDH-M (2009-2010) systematized a set of Qualitative and Quantitative Data on how young people perceive the educational and work world. The subjective elements - extracted from 295 interviews with youth leaders from the four countries that effectively comprised Mercosur in 2010 - make it possible to understand their perceptions of the world, their motivations, and perspectives. This is documentary research that gives centrality to the way in which RDH-M producers highlight young people's view of becoming, that is, their fears and hopes. The RDH-M writers demonstrate that positive expectations of job performance through increasing schooling are much more present among the wealthier youth. The poorest have many projects, expectations and hopes, however, seem to doubt, more intensely, whether the fulfillment of school cycles will, in fact, guarantee success in the world of work.

Keywords: Capabilities, skills, agency, rights.

¹ Doutora em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP). Mestre em Ciências Sociais pela PUC/SP. Professora de Sociologia na Universidade Estadual de Londrina (UEL). Membro do Mestrado em Rede Nacional Profissionalizante em Ensino de Sociologia (PROFSOCIO). mjderezende@gmail.com.

Introdução

O *Relatório sobre o Desenvolvimento Humano para o Mercosul – RDH-M* (2009-2010), cujo tema é *Innovar para incluir: jóvenes y desarrollo humano*, faz parte de um conjunto de materiais publicados pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) sobre as possibilidades e dificuldades de construção do desenvolvimento humano na América Latina (PNUD/RRDH, 2009-2010; 2009-2010^a; 2016). A ênfase desses documentos recai em quatro eixos essenciais desta forma de desenvolvimento: melhores condições de renda, de escolarização, de saúde e de participação política. Cada um desses relatórios é elaborado por uma equipe de especialistas sobre os temas abordados, com acompanhamento e sob supervisão dos técnicos, consultores e administradores do PNUD.

Há, então, os RDHs globais (PNUD/RDH, 1992; 2010; 2015) , os regionais e os referentes a cada país. Há relatórios continentais sobre a América Latina e Caribe, Ásia e Pacífico, Ásia central, África entre outros. E há, também, os mais específicos sobre algum país ou sobre a junção de várias nações (tais como: Estados Árabes, Leste Europeu e outras regiões da Europa, da Ásia, da África e da América Latina), como foi o caso desse do MERCOSUL sobre lideranças juvenis e suas perspectivas de futuro. Todos encomendados, coordenados, publicados e divulgados pelo PNUD/ONU.

A narrativa prevaiente no RDH-M (2009-2010), ao apresentar as posições dos e das jovens, desvia-se, ora mais ora menos, de uma explicação pelo viés de uma racionalidade histórica, já que isso exigiria tanto uma reflexão acerca das singularidades sociais e econômicas latino-americanas em tempos de expansão tecnológica, quanto um esclarecimento acerca do modo como tais especificidades ganham características ímpares na América Latina. A existência de projetos de futuro justapostos com a descrença e a desesperança tem persistido no continente².

As lideranças juvenis, tendo em conta que suas falas foram colhidas e sistematizadas pelos produtores do RDH-M e, portanto, foram organizadas dentro de um determinado quadro definidos pelos objetivos constantes no referido documento, não deixam transparecer que possuem uma racionalidade histórica³ (QUIJANO, 1988), ou seja, aquela calcada no conhecimento das condições sociais e históricas que agravam mais e mais a disjunção entre o

² O título e o conteúdo do livro *Entre la ira y la esperanza y otros ensayos de crítica latinoamericana*, de Agustín Cuevas (2008), publicado pela primeira vez em 1967, demonstra muito bem isto.

³ Sobre experiência histórica latino-americana e racionalidade histórica, ver: (QUIJANO, 2005).

direito à educação e o direito ao trabalho na América Latina. A falta de uma racionalidade histórica não significa não-percepção do quanto o mercado de trabalho é difícil para as juventudes de modo geral. Deixam transparecer que as exclusões são perversas em relação a essa faixa etária (PNUD/RDH-M, 2009-2010, p.29).

Pode-se dizer que as respostas dos (das) jovens, levantadas e sistematizadas pelos formuladores do RDH-M (2009-2010), mostram que “seguimos sendo, [na América Latina], o que não somos. E como resultado não podemos nunca identificar nossos verdadeiros problemas, muito menos resolvê-los, a não ser de uma maneira parcial e distorcida” (QUIJANO, 2005, p.129). Ou seja, os dados objetivos e subjetivos constantes no RDH-M oferecem inúmeros elementos para reflexão sobre o modo como a “história acelerada e difícil de explicar” atual (TORRES-RIVAS, 1990, p.26) reflete sobre o modo como os (as) jovens percebem as disjunções entre o direito à educação e o direito ao trabalho e entre habilitação, capacidade e empregabilidade.

Pode-se perguntar: De que maneira as lideranças juvenis pesquisadas pelos formuladores do RDH-M expressam as suas expectativas, perspectivas, medos e esperanças⁴ em relação ao mundo laboral, educacional e político? De que forma os produtores e encampadores do RDH-M (2009-2010) elaboram as suas leituras e interpretações dos dados da pesquisa feita com as lideranças juvenis? O que essas interpretações esclarecem acerca do projeto político de desenvolvimento humano encampado pelas Nações Unidas?

Materiais e métodos

Os relatórios regionais, correspondentes à América Latina, estão filiados aos RDHs globais que começaram a ser publicados em 1990. Amartya Sen (2005) e M. Ul Haq (1995) tiveram papel preponderante tanto na proposição quanto na efetiva produção desses documentos que têm sido publicados anualmente pelo Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (PNUD). O relatório de cada ano gira em torno de um dos temas-chave, tais como: financiamento do desenvolvimento, participação política, pobreza e desigualdade multidimensional, meio ambiente, globalização, democracia, direitos humanos, novas tecnologias, entre outros. Todos os temas são correlacionados ao tema ordenador: desenvolvimento humano.

⁴ A esperança tem sido problematizada pelas Ciências Sociais. Ver: (BURKE, 2012; MARTINS, 2012).

Há um elemento que torna o RDH-M diferenciado em relação aos demais, diferença que se deve ao modo como ele foi tecido a partir de algumas pesquisas tanto quantitativas⁵ - sobre os índices de desenvolvimento humano, os índices de exclusão social, os índices de inclusão vulnerável e os índices de pobreza multidimensional -, quanto qualitativas - sobre percepções, perspectivas, motivações e expectativas de lideranças juvenis, que habitam numa dada região da América Latina. Tais dados qualitativos foram mobilizados, pelos formuladores do respectivo relatório, para constituir o índice de capacidades subjetivas de agência (ICSA). Foram feitas 295 entrevistas com lideranças juvenis e 49 com alguns gestores de políticas públicas. Colheram-se, também, relatos de 30 grupos focais em 10 cidades do MERCOSUL (Mercado Comum do Sul)⁶.

Parte-se do pressuposto de que ao levarem a cabo uma pesquisa com centenas de lideranças juvenis na América Latina, os elaboradores do RDH-M (2009-2010), revelam um conjunto de subjetividades que expressam bem a justaposição⁷ entre dois mundos: um em que a escolarização amplia as chances de empregabilidade e um em que esta última não é mais vista como alcançável pelos processos educacionais. Conquanto seja maior entre os segmentos mais empobrecidos, essa disjunção está também presente nas preocupações constatadas nas respostas dadas pelos (as) demais jovens de outros grupos sociais. Os elaboradores do RDH-M expressam isso ao dizerem que os jovens demonstram preocupação em articular as dinâmicas educacionais, tecnológicas e laborais. Há, por parte desses garotos e garotas, também uma ampla preocupação em construir uma tecno-sociabilidade, pois concebem que ela os favorece na busca de trabalho (PNUD/RDH-M, 2009-2010, p.29).

Os produtores e encampadores do RDH-M (2009-2010) situam suas leituras e interpretações dos dados da pesquisa com as lideranças juvenis num ideário de progresso e mudança, rumo ao desenvolvimento humano, em que se busca desviar, obstinadamente, da “decomposição das ilusões sobre um mundo melhor” (TORRES-RIVAS, 1990, p.18) no continente latino-americano. Embora a disjunção entre direito à educação e direito ao trabalho apareça claramente, as lideranças juvenis constroem argumentos que buscam restituir tais

⁵As técnicas quantitativas incluíram levantamentos de dados, nos quatro países do MERCOSUL, para calcular diversos índices (de pobreza multidimensional de exclusão, de inclusão vulnerável e de desenvolvimento humano referentes à renda, à saúde e à educação). Colheram-se, ainda dados de 709 líderes juvenis por meio de questionários auto aplicados.

⁶O MERCOSUL foi criado em 1991. Quando foi realizado este relatório, ou seja, 2009-2010, os países formadores deste bloco eram: Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai.

⁷A ideia de justaposição aplicada a este trabalho tem inspiração em Heraclio Bonilha (2008). Note-se que há, nas Ciências Sociais latino-americanas, uma ampla discussão sobre essa noção. Bolívar Echeverría (2000) se destacou neste debate.

ilusões e esperanças. Esse tipo de construção narrativa tem aparecido nos Relatórios do Desenvolvimento Humano (RDHs) em geral e não somente naqueles referentes à América Latina.

Notam-se nesses dados secundários, colhidos e sistematizados pela equipe do RDH-M, que os (as) jovens não só constroem projetos de futuro distintos, dependendo do grupo social de que fazem parte, como também são distintas as suas formas de perceber a ligação entre direito à educação e direito ao trabalho. Os dados empíricos revelam que há um certo ceticismo, entre os mais pobres, em relação ao que se pode alcançar com a escolarização. Suas expectativas são, muitas vezes, por eles mesmos classificadas como fantasias e desejos irrealizáveis.

Em meio à expansão tecnológica que reduz, de modo expressivo, a geração de postos de trabalho, como os formuladores do documento em análise tentam encadear, no processo de formulação do relatório, as respostas dadas pelas lideranças juvenis, de modo a gerar uma expectativa positiva acerca do futuro laboral dos (das) jovens.⁸ Destaque-se que o índice de capacidade objetiva e subjetiva de agir dos jovens, que os formuladores denominam de capacidade de agência, acaba tendo um papel central no modo dos elaboradores do RDH-M (2009-2010) sistematizarem os dados qualitativos e quantitativos levantados com o intuito de produzir este retrato dos (das) jovens que vivem na região do MERCOSUL. A capacidade objetiva está ligada à atuação política e à mobilização em torno de causas e temas sociais, culturais e políticos, e a subjetiva diz respeito à motivação, à disposição para um agir em busca de melhorias sociais e de diminuição das injustiças.

Agência é entendida, pelos formuladores do RDH-M, como o momento em que as disposições e motivações transmutam-se em capacidade⁹ social e política de ser vetor (ou motor) de mudanças capazes de transformar os indivíduos e a sociedade. Nota-se que a noção de agência utilizada no RDH-M assenta-se no pressuposto de que o indivíduo é o construtor da agência, mas ele depende da conectividade e da afiliação institucional. Não é o indivíduo isolado, mas conectado, filiado, integrado, em níveis distintos, com esta ou aquela instituição, que possibilita a geração de uma sinergia em prol de mudanças rumo ao desenvolvimento humano. Essa sinergia pode ser entendida como aquilo que os elaboradores do RDH-M

⁸ Deve-se considerar que as ideias de devir, de futuro, sempre estiveram no centro das reflexões sociológicas. Há um debate importante na Sociologia sobre futuro e futuridades. Ezequiel Gatto (2020, p.29) diz: “A partir de la noción de futuridad, es posible pensar en una estrategia de pensamiento que permita no solo proyectar futuros, sino también mapear posibilidades, inventar, improvisar y descubrir”.

⁹ Bernard Lahire (2004) discute a diferença entre disposição e competência, esta última entendida como capacidade. Sobre isto, ver: (PENNA, 2012).

denominam agência¹⁰, a qual é a capacidade de agir e de operar¹¹ em prol de determinados objetivos específicos e considerados relevantes.

As lideranças juvenis e suas expectativas relacionadas ao mundo do trabalho

Entre os principais receios presentes nas falas dos (das) jovens mais abastados está aquele relacionado à falta de perspectiva de conseguir algum trabalho que lhes faculte ascensão social. Nota-se que há, nesses grupos, uma expectativa de que o mundo laboral os leve a progredir dentro de seu grupo social. No que tange aos grupos sociais mais empobrecidos, mais excluídos e vulneráveis, os medos estão ligados tanto à falta de uma oportunidade no mercado de trabalho quanto às possibilidades, caso venham a ter algum emprego, de serem facilmente demitidos. “En general cuando hay y menor experiencia, que por razones obvias suelen ser los más jóvenes” (PNUD/RDH-M, 2009-2010, p.82).

Dando continuidade ao mesmo formato de proposta política que há nos Relatórios Globais do Desenvolvimento Humano – RDHs (PNUD/RDH, 1992; 2003; 2015), os formuladores do RDH-M, inspirados em algumas pressuposições de Amartya Sen (2005; 2011), insistem que não há outro caminho para dar esperanças aos jovens mais pobres do que “la elaboración de políticas activas orientadas a mejorar la inserción laboral de los jóvenes” (PNUD/RDH-M, 2009-2010, p. 82).

A geração de habilitação e de capacitação dos (das) jovens pobres, principalmente daqueles que estão na linha da pobreza, é essencial para que eles possam lidar com as dificuldades que encontram no campo laboral, mas que têm conexão com muitos outros aspectos de sua vida. Amartya Sen (2005, p.124) faz a seguinte consideração: “Quanto mais inclusivo for o alcance da educação básica e dos serviços de saúde, maior será a probabilidade de que mesmo os potencialmente pobres tenham uma chance maior de superar a penúria”.

Impacta, negativamente, as esperanças dos (das) jovens pobres o fato deles não terem acesso, dizem os formuladores do RDH-M, a um processo formativo-educacional capaz de situá-los nas complexas mudanças no campo laboral que têm produzido “los cambios productivos y socioculturales” (PNUD/RDH-M, 2009-2010, p.82). Segundo consta no documento, se bem que tenham estado em vigência, no MERCOSUL, na primeira década do

¹⁰ Não é possível neste trabalho entrar na discussão sociológica sobre o conceito de agência, seus percalços, desafios e potencialidades. Sobre isso, ver: (SZTOMPKA, 1998).

¹¹ A agência como capacidade de agir e de operar foi amplamente discutida por (SZTOMPKA, 1998).

século XXI, algumas políticas públicas voltadas para a inserção dos (das) jovens pobres no mercado de trabalho, o sistema educacional tem sido afetado por um amplo mal-estar, visto não ser possível dar respostas às dificuldades presentes no mercado laboral. Isso tem reforçado os medos e as desesperanças dos jovens mais empobrecidos.

A base política orientadora dos RDHs globais e regionais assenta-se na construção de uma subjetividade (expectativa, perspectiva, motivação, disposição para o agir) impulsionadora de habilidades e capacidades para os mais pobres de modo geral, e para os jovens em particular. Tendo em vista esse relatório, ora analisado, os formuladores do RDH-M apostam firmemente na educação profissional e técnica como o caminho para vencer os gigantescos obstáculos do mercado laboral. Fazem isso passando ao largo da seguinte questão levantada por Zygmunt Bauman (2008, p.168): “A revolução tecnológica permanente e continuada transforma a técnica adquirida e os hábitos aprendidos em desvantagens, e não mais em bens, e encurta drasticamente o período de vida das habilidades úteis”.

Em tais condições, manter as esperanças dos jovens pobres não é uma tarefa fácil. E isso transparece, de um modo ou de outro no relatório. Afastar os seus medos e os seus temores de nunca obterem um lugar no mercado de trabalho passa a ser uma tarefa ingente. Os materiais levantados pelas pesquisas realizadas para nortear o RDH-M indicam que, de fato, não parece difícil entender as razões pelas quais os (as) jovens mais abastados (as) continuam otimistas e esperançosos em relação as suas possibilidades laborais.

Fica evidente que eles possuem consciência de que têm um capital formativo acumulado que lhes permite melhor adaptação aos desafios que as novas tecnologias põem aos campos produtivos e socioculturais, ao passo que os (as) jovens pobres têm suas expectativas confrontadas com obstáculos socioeconômicos quase intransponíveis, ainda que os formuladores do RDH-M venham a sustentar que as políticas educacionais específicas podem colocá-los em condições de obter um lugar no mercado de trabalho. Insistem, então, no processo formativo e educacional como um modo de possibilitar a inserção dos jovens excluídos no mundo laboral (PNUD/RDH-M, 2009-2010, p.82).

Entre as esperanças que saltam aos olhos nas respostas registradas nas pesquisas com os (as) jovens, as quais embasam o documento RDH-M, está a de terem um trabalho estável e decente. Quase a totalidade deles parecem portadores de um forte desejo de não se virem submetidos a trabalhos instáveis, precários e sem qualquer garantia de progressão. Pelo que se percebe, há um nítido temor de que o(s) seu(s) futuro(s) esteja(m) ameaçado(s) pela dificuldade de não serem inseridos de forma estável no mercado laboral.

Luca Sartorio (2019, p.4), no artigo: *¿Qué sabemos (y qué no sabemos) sobre el futuro del trabajo?* faz uma reflexão que ajuda a entender os impactos objetivos e subjetivos que transparecem nas preocupações dos (das) jovens sobre a possível não-inserção, de modo estável, no mercado de trabalho. Para ele, é possível verificar, por meio de dados objetivos, que “al desarrollo de la robótica industrial y la economía digital” fez desaparecer inúmeros postos estáveis de trabalho.

A expansão das tecnologias digitais, segundo Sartório (2019), tem dizimado postos de trabalhos que eram fontes de ascensão social, por meio de quadros de carreiras estáveis, das classes intermediárias. Pode-se dizer que isso está na base das percepções das lideranças juvenis quando se sentem ameaçadas no que se refere à viabilidade de encontrarem um trabalho que lhes dê progressão de função e renda ao longo da vida.

Para Sartorio (2019), as mais altas e as mais baixas qualificações têm sofrido menos impactos com a expansão das economias digitais; no entanto, as qualificações intermediárias têm sido atingidas de modo brutal. Isso é, facilmente, perceptível, nos dados reunidos no RDH-M, 2009-2010, razão pela qual os seus elaboradores se empenham em parecer otimistas e indicar saídas e possibilidades empregatícias, para os(as) jovens, submetidos a esse quadro de expansão das “plataformas próprias de la economía colaborativa” (SARTORIO, 2019, p.9) assentada no trabalho informal e sem proteção social.

A visão expressa no RDH-M 2009-2010 pode ser lida, por alguns analistas atuais (MORENO, 2019; SCASSERA, 2019), como romantizada ao não enfrentar, de fato, as consequências irreversíveis da robotização da economia e da expansão dos despotismos dos algoritmos, para usar uma expressão de Sofia Scassera (2019). Porém, há que recordar que esse relatório foi preparado na primeira década do século XXI. Nesse momento, os empregos precários por plataformas não tinham ainda tomado a dimensão atual.

Luís Moreno (2019, p.4) fala, até mesmo, em um novo neofeudalismo, no qual alguns “senhores corporativos” comandam um mar de “servos digitais”. Desse modo, a insistência dos formuladores do RDH-M (2009-2010) de que os (as) jovens podem utilizar-se de habilidades, no manejo das tecnologias para garantir algum tipo de trabalho, teria de ser discutida à luz tanto do “despotismo dos algoritmos” das plataformas, como assinala Sofia Scassera (2019, p.1), quanto da destruição do trabalho estável e decente acompanhada da expansão do trabalho precário (FIGUEROA, 2019).

Note-se que os (as) jovens foram inquiridos (por questionários e entrevistas) no final de 2008. Como resultado, constatou-se que eles pressentiam mudanças vertiginosas no mundo

do trabalho, porém, suas respostas eram ambíguas e, muitas vezes, ambivalentes. Ambíguas porque apontavam para várias possibilidades de associação entre acesso à educação e acesso a melhores empregos, a partir de uma perspectiva individualizante, mas também ambivalentes porque ora as respostas dadas por eles reiteravam um processo de individualização no qual a realização de suas esperanças dependia inteiramente deles¹² ora dependia da atuação do Estado, não só quanto à garantia do acesso à educação, mas também quanto à elaboração de políticas de emprego que favorecessem a juventude de modo geral.

Nas respostas registradas no documento - e isso foi uma opção dos elaboradores do RDH-M, já que a decisão do que registrar tem conexão com um objetivo maior ordenador desse tipo de relatório – os (as) jovens parecem viver um dilema de difícil solução. É um impasse que diz muito sobre as suas perspectivas de futuro e suas expectativas. Os (as) pesquisados consideram que o Estado deve prover segurança para que seja possível melhorar as condições de participação dos (das) jovens nas decisões que afetam sua vida. Eles reivindicam melhores condições de participação nas ações voltadas para o combate às injustiças sociais. Ao menos, as que eles consideram relevantes e possíveis de reverter. Entre elas estariam o não acesso à educação, o não reconhecimento identitário e o racismo.

Não obstante, quando são indagados se possuem, em seus países, condições para desenvolvimento de um processo participativo, a maioria respondeu que não; já que “pueden participar en pocas de las decisiones que los afectan” (PNUD/RDH-M, 2009-2010, p. 358). Responderam dessa forma 55% dos jovens de Assunção, 57% de Buenos Aires, 48% de Montevideo e 48% do Rio de Janeiro.

Há, então, um descompasso entre um projeto de participação que poderia se deslançar no futuro e a constatação de que, ao menos os três países (Argentina, Paraguai e Brasil), que compõem o MERCOSUL, são pouco democráticos e com quase nenhum suporte impulsionador da participação. Somente 28% dos jovens de Montevideo consideram que o governo de seu país tem sido nada ou pouco democrático¹³. Das lideranças juvenis pesquisadas, 63% de Assunção, 60% de Buenos Aires e 55% do Rio de Janeiro se queixam do caráter pouco ou nada democrático dos governantes.

Ao lerem-se suas respostas sistematizadas no Anexo Metodológico, que se encontra no final do RDH-M (p.292-369), nota-se que havia uma expectativa, quando a pesquisa foi

¹² Como afirma Bauman (2001), os indivíduos são chamados tanto a solucionar os seus próprios problemas quanto a arcar com as consequências de suas escolhas.

¹³ As lideranças juvenis uruguaias pesquisadas percebiam seu país como democrático (72%) e igualitário (67%) no que tange à distribuição de riqueza.

realizada (2008), de que fossem feitas mudanças substantivas nas políticas dirigidas aos jovens. Mais da metade deles (53%) pensavam dessa maneira. Percebe-se que os inquiridos supunham que havia necessidade de estabelecimento de políticas que os habilitassem e os capacitassem para a participação. Eles desejavam intervir em algumas pautas públicas, porém não tinham, segundo diziam, as condições para, efetivamente, agir na esfera decisória e tentar mudar os rumos das deliberações que os afetavam.

Os elaboradores do RDH-M (2009-2010, p.32) consideram que os (as) jovens estão reclamando espaços “de voz e decisão”, mas para que isso ocorra, dizem os produtores do documento, faz-se necessário “impulsar instrumentos eficaces y atractivos de participación que logren abrir espacios” (RDH-M, (2009-2010, p.32) para a atuação daqueles que reivindicam um lugar na arena política. Nota-se que gostariam de ter, no futuro, espaços para agir em favor de suas demandas, porém, o Estado é que “debe velar por la seguridad de los ciudadanos fomentando la participación comunitaria para que los ciudadanos se cuiden mutuamente” (PNUD/RDH-M, 2009-2010, p.368).

De certa forma, ficou registrado no documento em análise que é dever do Estado gerar as condições para a participação dos (das) jovens no âmbito da comunidade. Não são eles que abririam, com seus esforços políticos, tais espaços. Isso já revela ambiguidades, pois, ao mesmo tempo que atribuem ao Estado o papel de protagonista na dinâmica geradora da participação, também parecem ter dúvidas se são, ou não, sujeitos de direitos. Cinquenta por cento destes jovens dizem que não são sujeitos de direitos e 40% dizem que são¹⁴ (PNUD/RDH-M, 2009, 2010, p.366). Quando indagados “¿En qué medida te parece que se respetan hoy día los derechos de los jóvenes en tu país?” ((PNUD/RDH-M, 2009, 2010, p.354), os jovens deram as seguintes respostas: dos pesquisados de Assunção 79%, de Buenos Aires, 81%, do Rio de Janeiro, 80% e de Montevideo, 57% consideram que os direitos não são respeitados em absoluto ou são pouco respeitados.

Com inspiração em Rodolfo Stavenhagen (2011, p.179), pode-se dizer que estamos diante de algo paradoxal: os (as) jovens dizem que são ou gostariam de ser sujeitos de direitos, mas parecem ter internalizado a ideia de que “são objeto de políticas públicas”. Somente por aí é possível explicar os seus entendimentos sobre a necessidade de o Estado abrir espaços de participação comunitária. Ou seja, sendo objeto de políticas públicas, eles consideram que

¹⁴ Os Outros 10% não responderam.

podem encontrar fórmulas participativas. Mas, a convicção é de que os direitos dos jovens não são, de modo algum, respeitados.

As respostas dos (das) jovens pesquisados, sistematizadas e registradas no RDH-M, são também ambivalentes por apontarem para lados opostos. Dizem que consideram importante a participação na vida da comunidade a que pertencem, desde que o Estado abra espaços de ação. Porém, há uma pergunta que lhes foi feita cuja resposta revelou algo bastante distinto. Vejam-se os dados abaixo:

Quadro nº 1 - Interesse de participação nas decisões que afetam o país.
¿Cuán interesado estás en participar en la toma de decisiones que afectan a tu país?
En porcentajes

	Asunción	Buenos Aires	Montevideo	Río de Janeiro
No me interesa para nada	54	18	24	17
Poco interesado	33	17	39	17
Algo interesado	9	51	20	35
Muy interesado	4	14	17	31
Total	100	100	100	100

Fonte: Nota Metodológica In: PNUD/RDH-M Relatório sobre o Desenvolvimento Humano para o Mercosul (2009-2010a). p. 351.

Esse quadro traz algo que coloca em xeque as afirmações insistentemente mencionadas no RDH-M, a saber, os (as) jovens desejam e esperam poder participar das decisões que afetam o país e a região na qual estão inseridos. Os argumentos vão sendo montados de maneira que a não-participação dos jovens parece decorrer da falta de espaços para a efetivação de ações e pautas nas quais eles possam, de fato, se inserir. Haveria, também, segundo os elaboradores do referido documento, falta de confiança dos adultos em relação aos jovens, o que atrapalharia estes últimos de modo significativo.

Detecta-se, porém, que as dificuldades de participação dos (das) jovens vão muito além disso. Pelo quadro acima, vê-se que as pautas mais amplas, que dizem respeito ao país como um todo, não capturam seus interesses. A disposição e a motivação para o agir político parecem estar relacionadas, muito mais, a lutas em torno de temas mais diretamente ligados a questões pelas quais se interessam mais vivamente.

Um dado relevante é que o RDH-M, se bem que não tivesse essa intenção, acaba por revelar algo que vem sendo muito debatido no limiar do século XXI: a participação ou a esperança de participação tem estado ligada muito mais a pautas específicas deste ou daquele

grupo¹⁵. Veja-se o que consta no relatório: “Con respecto a los disparadores de la movilización, de todas las percepciones de injusticias analizadas, la que presenta la relación más estrecha con la movilización sociopolítica es la experiencia personal y directa de haber sufrido algún tipo de discriminación” (PNUD/RDH-M, 2009-2010, p.31). Algumas causas motivam mais que outras as suas participações.

Isso que foi apontado pelos formuladores do RDH-M pode ser encontrado neste outro quadro abaixo, no qual os pesquisados deixam claro que gostariam de participar de espaços, canais, pautas e agendas que estariam voltadas para a diminuição das injustiças que os ferem diretamente. Os discriminados, por exemplo, gostariam de atuar em prol de uma sociedade, de um Estado, de uma comunidade menos preconceituosos. Não se trata, necessariamente, de lutas políticas capazes de gerar pautas extensas como justiça social, distribuição de renda e democratização de amplas instâncias sociais. Trata-se de interesse por uma luta política mais pontual e conectada, particularmente, as suas vivências cotidianas. Isso fica claro quando é perguntado aos jovens se gostariam de participar no combate às injustiças que os atingem.

**Quadro nº 2 - Interesse de participação na resolução das injustiças.
¿Te gustaría participar en la resolución de las injusticias que te importan?**

En porcentajes

	Asunción	Buenos Aires	Montevideo	Río de Janeiro
Si	85	74	77	55
No	15	26	23	45
Total	100	100	100	100

Fonte: Nota Metodológica In: PNUD/RDH-M Relatório sobre o Desenvolvimento Humano para o Mercosul (2009-2010a). p. 350

Não se deve desconsiderar que as respostas dadas acima, indicadoras de esperanças de que se encontrem meios de se envolver em causas mais próximas às suas vivências, não se confirmam quando lhes foi perguntado se participam das petições que se fazem através da *internet*. Em média, considerando-se as respostas dos (das) jovens dos 4 países (Argentina, Paraguai, Uruguai e Brasil), 90% deles disseram não ter assinado qualquer “petição ou reivindicação coletiva” (PNUD/RDH-M, 2009-2010, p.358). Todavia, chamam a atenção, no quadro acima, as respostas dos jovens do Rio de Janeiro, 45% dos quais disseram que não gostariam de participar do combate às injustiças, mesmo daquelas que eram, aos seus olhos,

¹⁵ Para Bauman (2005) o processo de individualização, presente no limiar do século XXI, tem cerceado os desejos, de amplos segmentos e grupos sociais, de atuação na esfera pública. Daí seu interesse em atuar nas pautas ligadas a experiências e vivências particulares.

relevantes. Quanto às demais injustiças de caráter mais amplo e genérico, imaginem-se as dificuldades de envolvimento.

Índice de Capacidades subjetivas de agência (ICSA): em busca das disposições, motivações e potencialidades dos jovens como agentes de mudança: alguns resultados

Ao discutir os receios e esperanças dos (das) jovens como forma de entender os seus projetos de futuro, os formuladores do RDH-M (2009-2010) lidam com dois índices: o de capacidades subjetivas de agência e o de percepção de injustiças. Os dois índices estão conectados, já que o primeiro tem na sua composição o segundo. O ICSA “incluye tres variables¹⁶: asociación entre esfuerzo y logro; capacidad para diferir la gratificación¹⁷; y creencia acerca de su capacidad para corregir injusticias” (PNUD/RDH-M, 2009-2010, p.206).

A construção desse índice (ICSA) pode levar a equívocos, uma vez que “termos como ‘propósito’ ou ‘intenção’, ‘razão’, ‘motivo’ etc. têm de ser tratados com cautela” (Giddens, 2009, p.3) quando se buscam os elementos movedores da agência como poder de atuar, de agir em relação a algo politicamente relevante. Não se pode imaginar que, tomados separadamente, os aspectos subjetivos seriam por si sós capazes de impulsionar ações humanas transformadoras.

Somente inserindo-se essas subjetividades numa dada “contextualidade espaço-tempo” (GIDDENS, 2009, p.3) é possível verificar como tais motivações, expectativas e perspectivas possuem a capacidade e o poder de reagir diante das questões objetivas. “Ser um ser humano é ser um agente intencional, que tem razões para suas atividades e, também, está apto, se solicitado, a elaborar discursivamente essas razões (inclusive mentindo a respeito delas)” (GIDDENS, 2009, p.3).

Ao discutir-se a capacidade subjetiva de agência, deve-se ter em conta que agência não é só intenção de agir, é poder para agir, no sentido de estar investido do poder de agir para mudar o curso das coisas.

“Agência” não se refere às intenções que as pessoas têm ao fazer as coisas, mas a capacidade delas para realizar essas coisas em primeiro lugar. “Agência” diz respeito a eventos dos quais um indivíduo é o perpetuador, no sentido de que ele poderia, em

¹⁶ “La variable a) es una combinación de las preguntas (grado de inalterabilidad percibida sobre el propio destino) (utilidad o inutilidad de hacer planes para el futuro); la b) es una combinación de las preguntas (concepción acerca de si un joven debe postergar la gratificación o buscarla en el presente) y (autopercepción sobre la capacidad de diferir la gratificación); la variable c) surge de la pregunta (elección de la principal injusticia por parte del entrevistado)” (PNUD/RDH, 2009-2010, p. 206).

¹⁷ A capacidade de adiar gratificação tem sido discutida na sociologia elisiana como a capacidade de autorregulação, de autocontenção e de autocontrole (ELIAS, 2006).

qualquer fase de uma dada sequência de conduta, ter atuado de modo diferente (GIDDENS, 2009, p. 11).

Uma das questões destacadas no RDH-M é que os (as) jovens das classes mais abastadas demonstram possuir uma maior capacidade subjetiva de agência. Por que se chegou a esse resultado? Pode-se dizer que o modo como foram dados destaques a alguns aspectos da vida dos jovens levou a esse resultado. Ou seja, isso se deve ao fato de que “las dimensiones subjetivas de agência se refieren a creencias, hábitos, habilidades cognitivas y destrezas sociales que se reflejan a través de motivaciones a proponerse metas” (PNUD/RDH-M, 2009-2010, p.34).

E não há dúvida de que se o índice for medido com base nesses quesitos, os mais abastados aparecerão como aqueles que detêm maior capacidade de se disporem, se motivarem, se aprestarem para atingir suas metas e realizarem suas aspirações, o que se amplia ainda mais quando se leva em consideração, como um dado essencial, a capacidade de ter certezas “con respecto a la posibilidad de alcanzarlas a través del propio esfuerzo, autoestima y capacidad para vincular lo que se piensa con lo que se hace” (PNUD/RDH-M, 2009-2010, p.34).

Parte-se do pressuposto de que há um vício de origem nesse tipo de preocupação levantada. Por quê? As pesquisas sobre subjetividades podem ser levadas a ter um olhar sobre os indivíduos a partir de uma grade de leitura (*habitus*¹⁸), nos moldes postos por Pierre Bourdieu [1983]) que favorece enormemente uma dada visão de mundo muito em voga na atualidade: basta ter intenção, disposição, motivação para agir que os indivíduos se tornam senhores de seus destinos. Análises assim são descontextualizadas socioespacialmente e historicamente. De certa forma, os elaboradores do RDH-M fixam seus olhares nos elementos subjetivos e registram, desde aí, as possibilidades de impulsionar processos políticos participativos.

No caso das questões postas no RDH-M acerca da capacidade subjetiva de agência fica evidente que tal capacidade parece maior entre os setores mais abastados, visto ser evidente que eles possuem mais autoestima e mais metas viáveis pelas suas condições materiais e imateriais¹⁹. Esse tipo de pesquisa realça, ainda, estratégias assentadas em processos de individualização, como se esses jovens mais abastados tivessem condições, pelas suas

¹⁸ O *habitus* entendido como “um sistema de disposições duráveis e transponíveis que, integrando todas as experiências passadas, funciona a cada momento como uma matriz de percepções, de apreciações e de ações”. (BOURDIEU, 1983, p.65).

¹⁹ Não se deve desconsiderar que os elaboradores do RDH-M (2009-2010, p. 206) esclarecem que as perguntas sobre autoestima e metas próprias foram excluídas da composição do ICSA, isso porque os jovens dos diversos grupos sociais pareciam ter entendimentos muito diferentes em relação a essas duas questões.

disposições, motivações e expectativas, de resolver, como afirma Bauman (2001), problemas de amplas magnitudes.

As capacidades subjetivas e objetivas de agência são tratadas conjuntamente no relatório.

La dimensión objetiva se relaciona con comportamientos orientados al bien público que revelan la capacidad de reaccionar ante la percepción de injusticias y desajustes entre aspiraciones y logros (por ejemplo, a través del involucramiento en movilizaciones sociales o políticas) (PNUD/RDH-M, 2009-2010, p.34).

Nota-se que todos os RDHs e, também, o RDH-M estão em busca de “atores competentes na consciência prática e na consciência discursiva” (Ferreira, 2005, p.18). Por essa razão, ainda que haja muitas diferenças na própria forma de conceber o que é agência, é possível notar algum tipo de similaridade entre o modo de construção dos Relatórios do Desenvolvimento Humano e a teoria da estruturação de Anthony Giddens (2009). Isso porque, conforme afirma Richard Kilminster (1991, p.103), essa teoria pretende tornar-se uma força prescritiva capaz de “examinar que condições de ação maximizarão a capacidade de atores com habilidade cognitiva para fazer a diferença nesta sociedade quando eles são dotados de acesso a recursos diferencialmente [e] socialmente”.

Nota-se que o objetivo do relatório, em análise, é recolher e sistematizar um conjunto de dados que mostrem que os (as) jovens, apesar de em situação de exclusão ou de inclusão precária (na escola e no trabalho), dão indicações de que, uma vez habilitados e capacitados profissional e politicamente, vão levantando demandas para questionar o que consideram injusto. Haveria, então, indicadores objetivos e subjetivos que apontavam para esse sentido.

Quanto mais cedo os jovens pesquisados, em 2008 para a elaboração do relatório, deixavam de frequentar os bancos escolares, mais complicadas pareciam suas chances de expandir as capacidades objetivas e subjetivas de inserção em projetos de luta contra as injustiças. Reconhecer as injustiças e visualizá-las como algo que se poderia mudar demandava, então, esforços próprios, mas não somente, acentuam os produtores do RDH-M. Reverter as condições de exclusão e de vulnerabilidade por meio de uma inserção não-precária na escola e no trabalho é apontado como essencial, pois os jovens expandem suas capacidades de atuação em prol da sociedade se forem combatidas todas as formas de desfiliação institucional²⁰ e a falta de conectividade social.

²⁰ “La ‘afiliación institucional’ incluye la participación presente y pasada de los jóvenes en el sistema educativo y en el mercado laboral” (PNUD/RDH-M, 2009-2010, p.2020).

Sin embargo, en general es posible señalar que los jóvenes con un bajo grado de afiliación institucional y menores niveles de conectividad presentan los niveles más altos de vulnerabilidad a la exclusión social (...) (PNUD/RDH-M, 2009-2010, p.207).

Os elaboradores do RDH-M ampliam a noção de desfiliação institucional. Nela não estão somente os (as) jovens inteiramente marginalizados e desintegrados socialmente. Eles trabalham com uma escala de afiliação e desfiliação. Existem, então, graus maiores e menores. “Es posible distinguir entre diferentes niveles de vulnerabilidad a la exclusión social, vinculados a distintas formas de afiliación a las instituciones educativas” (PNUD/RDH-M, 2009-2010, p. 202), por exemplo.

Os produtores desse relatório falam em níveis de filiação e desfiliação institucional. Eles pretendem não só medir a filiação e desfiliação daquelas instituições como a escola, a família, Estado, mas também o grau de integração com o entorno tecnológico atual. Um jovem que, por falta de acesso à renda, à educação e a recursos técnicos e habilitadores, está desconectado das novas tecnologias, nada sabe delas e de seus manuseios, encontra-se excluído e desfiliação socialmente. Há aqui uma diferença em relação às proposições de Robert Castel (1997, p.23). Para ele, no concernente à integração e desfiliação, há três situações sociais distintas:

[...] a zona de integração (trabalho estável e forte inserção relacional, que sempre estão juntos), a zona de vulnerabilidade (trabalho precário e fragilidade dos apoios relacionais) e a zona de marginalidade, que prefiro chamar de zona de desfiliação para marcar nitidamente a amplitude do duplo processo de desligamento: ausência de trabalho e isolamento relacional.

Considerações finais

As expectativas e as perspectivas dos (das) jovens que foram pesquisados para a composição do documento encomendado pelo PNUD são expostos, no RDH-M, de um modo muito peculiar. A preparação da pesquisa e a sistematização dos resultados visam demonstrar que existiam saídas para a situação de exclusão ou de inclusão precária vivenciada pela juventude que habitava os quatro países do MERCOSUL, em 2010. Note-se que, ao não considerarem as travas, historicamente estabelecidas no continente, como obstáculos para a inclusão social e política não somente dos jovens, mas também de importante faixa da população, os elaboradores do RDH-M fazem diagnósticos e prescrições ancorados, inteiramente, no presente. Ao fazer isso, eles acabam sendo fatalmente otimistas em relação às possibilidades de os (as) jovens desenvolverem capacidades objetivas e subjetivas de

participação política como agentes dotados de poder de promover mudanças em sua vida e na vida das comunidades em que estão inseridos.

A ausência de uma perspectiva histórica de média e longa duração faz que as soluções pareçam mais simples do que são de fato. Defendem a inserção e o prolongamento da vida escolar como forma de garantir um lugar na vida laboral. Não obstante haver redução dos postos de trabalho pela expansão tecnológica atual, os formuladores do relatório procuram formular um conjunto de elementos prescritivos que orientem os (as) jovens para a criação de estratégias aptas a incorporá-los num mundo de trabalho cada vez mais restritivo e reduzido.

Os construtores do RDH-M destacam que a expansão tecnológica opera tal redução, mas, ainda assim, o mundo laboral exige das pessoas formação técnica e conhecimentos que os capacitem a lidar com um mundo tecnológico em ascensão. Faz-se necessário entender como os elaboradores do RDH-M (2009-2010) lidam - ao sistematizar os dados quantitativos e qualitativos - com essa “justaposição de parcelas da realidade cuja racionalidade remete a temporalidades distintas” (BONILLA, 2008, p.196).

Tanto os produtores do RDH-M quanto os jovens fazem uma leitura do mundo escolar e do mundo laboral ancorados no papel que a escola exercia, no passado, na formação de mão de obra. Mas, embora tentem passar uma mensagem otimista quanto às potencialidades da juventude, os responsáveis pelo RDH-M deixam transparecer dúvidas e perplexidades quanto aos desafios que a escola e a participação política enfrentam por causa do processo tecnológico em andamento bem como dos seus efeitos na vida laboral dos (das) mais jovens.

Há, então, justaposição de sentimentos e de mentalidades porque o desejo e a esperança de obter um lugar no mercado de trabalho, onde seja possível realizar as habilidades profissionais, se confrontam com a descrença e a desconfiança de que isso não será mais possível em razão dos avanços tecnológicos que vão apagando carreiras e postos de trabalho em alta velocidade. As falas dos (das) jovens, sistematizadas no RDH-M, contêm, conforme afirma Heraclio Bonilla (2008), partes de realidades passadas e partes de realidades presentes, ou seja, aquelas em que as chances de um lugar no mercado laboral eram ampliadas pela escolarização e as atuais que levam a dúvidas constantes sobre essas viabilizações e possibilidades. Assim, parece haver, para os (as) jovens, disjunção entre o direito à educação e o direito ao trabalho.

E por que há justaposição? Porque há mundos sociais, políticos, tecnológicos, econômicos e culturais que geram novos ordenamentos, novas maneiras de sentir, de perceber e projetar o futuro. Formam-se novas mentalidades e novas subjetividades (disposições,

motivações, expectativas e perspectivas). Há uma racionalidade embutida na dúvida acerca das possibilidades, ou não, de superar a disjunção entre o direito à educação e o direito ao trabalho.

Os projetos de futuro, exaltados no RDH-M, obedecem a uma dada racionalidade de um outro tempo histórico e as desesperanças que acompanham tais projetos refletem uma racionalidade do presente que subtrai, com espantosa velocidade, os postos de trabalho. Porém, não se percebe, nas falas dos (das) jovens e nas narrativas dos produtores do RDH-M sobre elas, uma racionalidade histórica, nos moldes postos por Aníbal Quijano (1988; 2005), na qual há um entendimento acerca das condições sociais singulares latino-americanas que definem as (im)possibilidades futuras em todas as dimensões: econômicas, políticas e sociais.

Estratégias de futuridades, como forma de “mapear possibilidades, inventar, improvisar y descubrir” (GATTO, 2019, p.20) dependem, inteiramente, de uma racionalidade histórica capaz de entender, para usar uma expressão de Norbert Elias (1999, p.16), nosso lugar no mundo. Ou seja, “temos que estar conscientes de nós próprios como seres humanos entre outros seres humanos”.

Uma racionalidade histórica seria aquela capaz de decifrar, em vista da processualidade sócio-histórica em curso no continente, os inúmeros dilemas dessa disjunção entre o direito à educação e o direito ao trabalho e como isto afeta os projetos de futuro dos jovens. A pesquisa qualitativa, por meio de coleta de depoimentos nos grupos focais, conduzida pela equipe do RDH-M, evidencia um desconforto expressivo “entre la conciencia del derecho a la educación y el progresivo acceso a las TIC, y la incertidumbre con respecto a la inclusión laboral” (PNUD/RDH-M, 2009-2010^a, p. 28).

Todavia, os elaboradores do RDH-M, em seus diagnósticos e prescrições, não destrincham as singularidades²¹ históricas latino-americanas, que levam águas novas ao moinho das incertezas laborais, em tempos de expansão tecnológica responsável pelo crescente agravamento do desemprego em sociedades castigadas por desempregos estruturais crônicos²². Em tais condições objetivas, a construção de capacidades subjetivas de agência, como poder de agir, sofre crescentemente abalos irremediáveis.

²¹ Note-se que a composição do RDH-M nem têm esse propósito.

²² Há no RDH-M uma exposição das taxas desemprego por faixas etárias bastante elucidativa. Não fazer uma discussão sobre o desemprego estrutural não significa que os seus formuladores não apresentam as complexidades embutidas nas taxas de desemprego atuais relacionadas aos níveis educativos masculinos e femininos.

Referências

- BAUMAN, Z. *A modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BAUMAN, Z. *Identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2005.
- BAUMAN, Z. Educação: sob, para e apesar da pós-modernidade. In: *A sociedade individualizada*. Rio de Janeiro, Zahar, 2008. p.158-177.
- BONILLA, H. La metodología histórica y las Ciencias Sociales. In: CADENA INOZTROZA, Cecilia (coord.). *XX años de Ciencias Sociales*. Memoria del coloquio internacional del Colegio Mexiquense, México, 2008, pp.196-203.
- BOURDIEU, P. Esboço de uma teoria da prática. In: ORTIZ, R. *Pierre Bourdieu – Sociologia*. São Paulo: Ática, 1983. p. 47-83.
- BURKE, P. A Esperança Tem História? *Revista Estudos Avançados*, São Paulo, v.26, n.75, ago.2012. pp.207-218. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/eav/issue/view/3271> Acesso 02 fev.2023
- CASTEL, R. A dinâmica dos processos de marginalização: da vulnerabilidade a desfiliação. *Caderno CRH*, Salvador, n. 26/27, p. 19-40, jan/dez. 1997
- CUEVA, A. *Entre la ira y la esperanza y otros ensayos de crítica latinoamericana*. Bogotá: CLACSO y Siglo del Hombre Editores, 2008.
- ECHEVERRÍA, B. *La modernidad de lo barroco*. México D.F: Era, 2000.
- ELIAS, N. Conceitos sociológicos fundamentais: civilização, figuração, processos. In: NEIBURG, F. E WAISBORT, L. (orgs.). *Escritos & Ensaios*. Rio de Janeiro: Zahar, 2006, p. 21-33.
- ELIAS, N. *Introdução à Sociologia*. Lisboa: Edições Setenta, 1999.
- FERREIRA, S. M. C. *A estruturação díptica da gramática de regras do agrupamento de escolas como organização*. 2005. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade do Minho (Portugal), 2005. Disponível em: <HTTPS://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/2985> Acesso 04 fev.2023
- FIGUEROA, V. ¿Hacia el fin del trabajo? Mitos, verdades y especulaciones. *Nueva Sociedad*, n.279, p.01-15, 2019. Disponível em: <https://nuso.org/autor/luca-sartorio/>. Acesso 23 fev.2023
- GATTO, E. ¿Cómo hacer? Del futuro a las futuridades. *Nueva Sociedad*, n.283, p.28-36, out. 2019. Disponível em: https://nuso.org/media/articles/downloads/2.TC_Gatto_283.pdf. Acesso: 11 fev. 2023
- GIDDENS, A. *A constituição da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2009
- KILMINSTER, R. “Structuration theory as a world-view”. In: BRYANT, Cristophe & JARY, David (eds.). *Giddens theory of structuration: a critical appreciation*. London: Routledge, 1991, p.74-115
- LAHIRE, B. *Retratos sociológicos: disposições e variações individuais*. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- MARTINS, J. de S. A Crise da Esperança na Crise da Sociologia. *Revista Estudos Avançados*, São Paulo, v.26, n.75, ago.2012. p. 185-189. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/eav/issue/view/3271>. Acesso em 17 fev.2023

MORENO, L. Robotización, neofeudalismo y ingreso básico. *Nueva Sociedad*, Buenos Aires, n.279, p.01-11, fev.2019. Disponível em: <https://nuso.org/autor/luca-sartorio/>. Acesso 21 fev.2023.

PENNA, C. Reflexividade e agência na teoria sociológica contemporânea. *Ciências Sociais Unisinos*, São Leopoldo, V. 48, n. 3, p. 192-204, set/dez 2012.

PNUD/RDH (1992): *Relatório do Desenvolvimento Humano: Uma nova visão sobre o desenvolvimento humano internacional*. Nova York: PNUD/ONU, 1992. Disponível em: <http://hdr.undp.org/en/reports/global/hdr1991> Acesso 10 fev.2023

PNUD/RDH (2010): *Relatório do Desenvolvimento Humano: A verdadeira riqueza das nações: caminhos para o desenvolvimento humano*. Nova York, PNUD/ONU. 2010. Disponível em: <http://www.pnud.org/en/reports/global/hdr2010/download/pt>. Acesso 18 fev. 2023

PNUD/RDH (2015): *Relatório de Desenvolvimento Humano: O Trabalho como Motor do Desenvolvimento Humano*. Nova York, PNUD/ONU, 2015. Disponível em: http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr15_overview_pt.pdf. Acesso 18 fev. 2023

PNUD/RRDH (2009-2010): *Relatório Regional para a América Central: abrir espaço para a seguridade cidadã e o desenvolvimento humano*. PNUD/ONU. 2010. Disponível em <http://www.latinamerica.undp.org> Acesso 08 fev.2023

PNUD/RDH-MERCOSUR (2009-2010^a): *Relatório sobre o Desenvolvimento Humano para o Mercosul: Inovar para incluir: jóvenes y desarrollo humano*. Buenos Aires: Libros del Zorzal, Programa Naciones Unidas para el Desarrollo, 2009-2010^a. Disponível em: https://www.latinamerica.undp.org/content/rblac/es/home/library/human_development/informe-sobre-desarrollo-humano-para-mercosur.html Acesso 24 fev.2023

PNUD/RRDH (2016): *Relatório Regional do Desenvolvimento Humano: Progresso multidimensional bienestar más Allá del ingreso*. Nova York: PNUD/ONU, 2016. Disponível em <http://www.latinamerica.undp.org>. Acesso 12 fev.2023

QUIJANO, Aníbal. *Modernidad, Identidad y Utopía en América Latina*. Lima: Sociedad y Política Ediciones, 1988

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: QUIJANO, A. *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires, CLACSO, 2005. Disponível em: http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf Acesso 02 fev.2023

SCASSERA, S. El despotismo de los algoritmos: Cómo regular el empleo en las plataformas. *Nueva Sociedad*, Buenos Aires, n.279, p.01-08, fev.2019. Disponível em: <https://nuso.org/autor/luca-sartorio/>. Acesso 23 fev.2023.

SARTORIO, L. ¿Qué sabemos (y qué no sabemos) sobre el futuro del trabajo? *Nueva Sociedad*. Buenos Aires, n.279, p.01-14, fev.2019. Disponível em: <https://nuso.org/autor/luca-sartorio/>. Acesso 23 fev.2023.

SETTON, M. G. J. A teoria do habitus em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea. *Revista Brasileira de Educação*, n.20, pp. 60-70, ago. 2002.

SEN, A. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Cia das Letras, 2005.

SEN, A. *A ideia de justiça*. São Paulo: Cia das Letras, 2011.

SZTOMPKA, P. A história como produto humano: a teoria da agência em desenvolvimento. In: SZTOMPKA, P. *A Sociologia da mudança social*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. p.325-342.

STAVENHAGEN, R. Repensar América Latina desde la subalternidad: el desafío de Abya Yala. In: Aravena, Francisco R.; Alvarez-Martins, Andrea (coord.). *América Latina y el Caribe: globalización y conocimiento. Repensar las Ciencias Sociales*. Montevideo: FLACSO, 2011. p.163-185.

TORRES-RIVAS, E. Retorno al futuro. Las Ciencias Sociales vistas de nuevo. *Nueva Sociedad*, n.108, p.18-27, ago.1990. Disponível em: https://www.nuso.org/media/articles/downloads/1885_1.pdf. Acesso 16 fev.2023

UL HAQ, M. *Reflections on Human Development*. New York: Oxford University Press, 1995.
Recebido: 03/03/2023; Aceito 09/05/2023; Publicado em: 31/05/2023.



Como citar este artigo (Formato ABNT):

REZENDE, Maria José de. Lideranças juvenis, capacidade de ação e obstáculos inclusivos em Relatório do Desenvolvimento das Nações Unidas. **Id on Line Rev. Psic.**, Maio/2023, vol.17, n.66, p. 297-317, ISSN: 1981-1179.

Recebido: 01/03/2023; Aceito 13/05/2023; Publicado em: 31/05/2023.